

# **MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE**

## **Portaria n.º 715/92**

**de 13 de Julho**

O Centro Regional de Alcoologia de Coimbra, criado pelo Decreto Regulamentar n.º 41/88, de 21 de Novembro, a funcionar em regime de instalação nos termos dos artigos 79.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro, reúne neste momento as condições para passar a regime normal de funcionamento, uma vez definida e concretizada a sua área de acção.

Torna-se, pois, necessário dotar o Centro Regional de Alcoologia de Coimbra com um quadro de pessoal, dando-se desta forma execução ao disposto no artigo 84.º do mesmo Decreto-Lei n.º 413/71, de modo a permitir uma imediata integração de pessoal no regime e ordenamento das carreiras do funcionalismo público em geral e do Ministério da Saúde em particular.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro, conjugado

com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, o seguinte:

1.º É aprovado o quadro de pessoal do Centro Regional de Alcoologia de Coimbra, constante do anexo I ao presente diploma.

2.º Logo que os funcionários oriundos do Hospital de Sobral Cid forem distribuídos pelos lugares do quadro agora aprovado, será abatido no quadro daquele Hospital o correspondente número de lugares, nos termos da relação constante do anexo II da presente portaria.

3.º O lugar de chefe de secção corresponde à chefia da secção administrativa.

**Ministérios das Finanças e da Saúde.**

**Assinada em 2 de Junho de 1992.**

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro da Saúde, *Jorge Augusto Pires*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

### **ANEXO I**

#### **Quadro de pessoal do Centro Regional de Alcoologia de Coimbra**

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Vencimento
Pessoal técnico superior...	Psiquiatria .....	Médica hospitalar ...	Director de serviço ..... Chefe de serviço ..... Assistente graduado/assistente	(b) 1 (c) 2 2	(a)
	Clinica geral .....	Médica de clínica geral.	Chefe de serviço ..... Assistente graduado/assistente Clínico geral .....	1 (d) 5 (b) 3	(a)
	Nutrição .....	Técnica superior de saúde.	Assessor superior ..... Assessor ..... Assistente principal/assistente	1	(f)
	Psicologia .....	Técnica superior ....	Assessor principal, assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	1	(e)
	Apoio psico-social; articulação com os serviços do Hospital e da comunidade.	Técnica superior de serviço social.	Assessor principal, assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	4	(e)
Pessoal de enfermagem ...	Prestação de cuidados e administração.	Enfermagem .....	Enfermeiro-chefe ..... Enfermeiro especialista ..... Enfermeiro graduado ..... Enfermeiro .....	(g) 3 (h) 4 (g) 8 (h) 4	(i)
Pessoal técnico .....	Terapia ocupacional .....	Técnica de diagnóstico e terapêutica.	Técnico especialista de 1.ª classe Técnico especialista ..... Técnico principal ..... Técnico de 1.ª classe ..... Técnico de 2.ª classe .....	2	(j)
Pessoal técnico-profissional	Biblioteca e documentação ...	Técnico-adjunto de biblioteca e documentação.	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe, especialista, principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	1	(f)

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Vencimento
Pessoal administrativo ....	Coordenação e chefia de serviços.	—	Chefe de secção .....	1	(f)
	Funções de natureza executiva relativamente às áreas de contabilidade, pessoal, aprovisionamento, património, secretaria, arquivo, expediente e dactilografia.	Oficial administrativo	Oficial administrativo principal Primeiro-oficial .....	1 2	(f)
			Segundo-oficial .....	2	
			Terceiro-oficial .....	3	
Pessoal auxiliar .....	Recepção, emissão e encaminhamento de chamadas telefónicas.	Telefonista .....	Telefonista .....	1	(e)
	Condução e conservação de veículos ligeiros.	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros .....	1	
	Coordenação e chefia dos serviços gerais.	—	Encarregado de serviços gerais	(b) 1	
	Ação médica .....	Auxiliar de acção médica.	Auxiliar de acção médica ....	6	
	Aprovisionamento e vigilância	Auxiliar de apoio e vigilância.	Auxiliar de apoio e vigilância	2	

(a) A remunerar de acordo com o Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

(b) Lugar(es) a extinguir quando vagar(em).

(c) Um lugar a preencher quando vagar o lugar de director de serviço.

(d) Três lugares só poderão ser preenchidos quando vagar igual número de lugares na categoria imediatamente inferior.

(e) A remunerar de acordo com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

(f) A remunerar de acordo com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro.

(g) Dois lugares a extinguir quando vagarem.

(h) Dois lugares só poderão ser preenchidos quando vagar igual número de lugares na categoria imediatamente superior.

(i) A remunerar de acordo com o Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

(j) A remunerar de acordo com o Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho.

(l) A remunerar de acordo com o Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro.

## ANEXO II

### Lugares a abater ao quadro do Hospital de Sobral Cid

#### Pessoal médico:

Director de serviço — 1.

Chefe de serviço — 1.

Assistente graduado/assistente — 1.

#### Pessoal de enfermagem:

Enfermeiro-chefe — 3.

Enfermeiro especialista — 2.

Enfermeiro graduado — 8.

Enfermeiro — 2.

#### Pessoal técnico de serviço social:

Técnico principal — 1.

Técnico de 1.ª classe — 1.

Técnico de 2.ª classe — 2.

#### Pessoal administrativo:

Terceiro-oficial — 1.

#### Pessoal auxiliar:

Auxiliar de acção médica — 5.

Auxiliar de apoio e vigilância — 1.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Portaria n.º 716/92

de 13 de Julho

Considerando que as Portarias n.ºs 661/88, de 30 de Setembro, e 968/90, de 10 de Outubro, transpõem para o direito interno algumas disposições dos anexos da Directiva n.º 77/93/CEE;

Considerando que alguns desses anexos sofreram alterações devido à evolução dos conhecimentos científicos e técnicos;

Considerando que, à luz desses novos conhecimentos, a Directiva n.º 91/10/CEE, de 19 de Fevereiro de 1992, publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L70/27, de 17 de Março de 1992, modifica disposições da Directiva n.º 77/93/CEE, no que se refere às exigências fitossanitárias estabelecidas por certos países para efeitos de importação de sementes de soja;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 15.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º e no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 348/88, de 30 de Janeiro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, que os anexos II, IV e V da Portaria n.º 661/88, de 30 de Setembro, bem como o anexo II da Portaria n.º 968/90, de 10 de Outubro, sejam alterados conforme o indicado no anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 16 de Junho de 1992.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.

## ANEXO

### Alteração ao anexo II, B, da Portaria n.º 661/88, de 30 de Setembro

Na alínea B), n.º 2 — Sementes, é suprimido o seguinte:

Soja (*Glycine max.* L. Merrill) — *Pseudomonas glycinea*.